

GAZETA MERCANTIL

Quarta-feira, 20 de dezembro de 1989

Conhecidos os resultados do pleito presidencial, constata-se que o clima de incerteza quanto ao futuro, que tantos malefícios vinha causando à economia brasileira, começa a dissipar-se.

Como se recorda, a menos de uma semana da realização do último turno da eleição no Brasil, a decretação de uma moratória interna pelo governo argentino teve um impacto direto aqui sobre os níveis de especulação. Em um único dia, 11 de dezembro, o grama de ouro registrou no mercado brasileiro uma valorização de 16,6% e o dólar subiu 19,32%. Os reflexos sobre as expectativas inflacionárias foram bem nítidos: a variação do Bônus do Tesouro Nacional (BTN), que vinha sinalizando uma inflação de 42,49% em dezembro, passou imediatamente para 45,01%.

Como demonstraram analistas das mais diversas tendências, não havia motivo real para crer que uma medida semelhante viesse a ser tomada no Brasil em futuro previsível, qualquer que fosse o candidato sancionado pelas urnas. E as autoridades brasileiras, mais uma vez, desmentiram que estivesse em cogitação uma maxidesvalorização do cruzado novo, como ocorreu com o austral. Mas, como

sempre acontece, os especuladores agiram rapidamente para fazer com que o pretexto lhes rendesse o máximo.

A eleição de Fernando Collor de Mello como próximo presidente do País, como hão de convir mesmo os seus adversários, define um quadro que, sem dúvida, dificulta ações especulativas desse tipo. São muitos os empresários que observam que, terminada a expectativa quanto ao nome escolhido para presidir a Nação nos próximos cinco anos, há uma tendência no sentido de refrear as remarcações de preços e os movimentos altistas dos ativos de risco, como o ouro e o dólar. Paralelamente, passam a ser mais atraentes, como tem mostrado a elevação das cotações nas bolsas de valores, as aplicações em ações, estimuladas pelo otimismo do mercado quanto às convicções privatistas do candidato eleito.

Como reflexo do novo ambiente surgido, o ouro teve um recuo histórico, caindo 15,3% na última segunda-feira. O dólar, no mercado paralelo, fechou em NCz\$ 19,00, tendo chegado

no último dia 14, véspera da realização da última etapa do pleito, a NCz\$ 23,00.

Pode-se afirmar também que a opção do eleitorado brasileiro foi bem recebida no exterior. De modo geral, o programa liberalizante de Collor de Mello é bem visto nos meios empresariais dos grandes países industrializados, embora haja naturais reservas quanto às medidas que o novo governo deverá tomar no tocante à dívida externa. O que se sabe, de concreto, e o próprio Collor de Mello fez questão de afirmá-lo com ênfase, é que o Brasil não pretende manter indefinidamente em suspenso os pagamentos dos encargos da dívida junto aos bancos internacionais. Mas, se o presidente eleito repudia o "calote", não explicitou o novo tipo de negociação que o seu governo pretende manter com as instituições credoras.

Contudo, ninguém se iluda, apenas pela existência desse clima favorável, quanto à gravidade dos problemas do País. A inflação, característica mais saliente da maior crise

econômica que o Brasil experimentou no período do pós-guerra, pode chegar a 50% neste mês de dezembro, como sinalizam os indicadores. Com isso, a inflação, em todo o ano de 1989, medida pelo Índice de Preços ao Consumidor (IPC), deve bater na marca de 1.722%.

Como afirmaram assessores econômicos do próximo presidente, o seu programa econômico dependerá do nível em que se encontrará a inflação no momento em que ele tomar posse. Mas, de qualquer forma, um programa de austeridade terá de ser colocado em prática e deve ir muito além da eliminação de privilégios de que gozam certos segmentos do funcionalismo público. O aparelho do Estado deve ser reformulado em profundidade para equacionar o problema da dívida interna, de modo a abrir caminho para a renegociação dos compromissos externos em novas bases.

E tudo, afinal, vai depender da capacidade do próximo governo, não só em negociar com o Congresso, mas em administrar difíceis conflitos de interesses, envolvendo empresários, trabalhadores, funcionários públicos profissionais liberais — enfim, a sociedade civil, em seus diversos níveis.

Econ. Brasil Otimismo com cautela